

FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO: OS DESAFIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

¹ VARELA, Leandra de Sousa

² PERINGER, Maria de Fátima Oliveira

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a formação oferecida pelo curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) para preparar professores para a Educação Especial. O estudo analisa a estrutura curricular e a integração entre teoria e prática, e explora o impacto das políticas de inclusão na Educação básica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, para obtenção de dados foi realizado uma revisão bibliográfica e documental. O estudo fornece recomendações para aprimorar a formação docente e integrar as políticas inclusivas no ambiente escolar. Os resultados mostram a evolução da Educação Especial de um modelo segregacionista para um modelo inclusivo, destacando a importância da formação contínua e da adaptação de currículos às necessidades dos alunos. Conclui-se que a eficácia da inclusão escolar depende da atualização da formação docente e da implementação prática das diretrizes de Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial, Formação Docente, Inclusão Escolar.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade educacional essencial para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) essa modalidade perpassa todos os níveis e etapas do sistema educacional, desempenhando um papel crucial em assegurar que alunos com características específicas recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento pleno. No entanto, para que a inclusão seja efetiva, é imprescindível que os

¹ Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (2021). Especialista em Currículo e Práticas Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (2023). Professora da Educação Básica. Discente do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. E-mail: leandravarela06@gmail.com.

² Administradora de empresas pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Tutora a distância do curso Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: marfatima8@hotmail.com.

professores possuam uma formação sólida e adequada, que deve ser construída desde a formação inicial. Nesse contexto, surgem questões relevantes sobre a preparação dos futuros educadores e a adequação dos cursos de Pedagogia para atender às demandas da Educação Especial. Diante desse cenário e das complexidades inerentes a ele, é necessário analisar a formação oferecida aos futuros professores.

Por isso, este estudo busca compreender de que maneira o curso presencial de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) está preparando os futuros docentes para lidar com o público-alvo da Educação Especial. Tendo como objetivos específicos: Pesquisar sobre o contexto e a importância da Educação Especial; analisar a matriz curricular do curso de Pedagogia da UERN e os componentes curriculares vinculados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE); analisar a distribuição da carga horária e a vinculação teoria e prática do curso.

A problemática central desta pesquisa é identificar os desafios enfrentados pelo curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) para capacitar profissionais aptos a lidar com as peculiaridades da Educação Especial. Questões emergentes, como a adequação da grade curricular e a integração entre teoria e prática, serão exploradas para entender como a formação inicial pode influenciar a eficácia da inclusão escolar.

A escolha da temática para esta pesquisa decorre do interesse pessoal da autora, que possui formação acadêmica em Pedagogia na referida instituição. A pesquisa visa não apenas contribuir para a literatura existente sobre a política de inclusão na Educação Especial, mas também fornecer contribuições úteis para professores, gestores e pesquisadores, buscando impactar positivamente as práticas pedagógicas dos leitores, promovendo uma melhor compreensão das contribuições das políticas inclusivas para a educação e, conseqüentemente, para a aprendizagem das crianças; a investigação se propõe a oferecer novas perspectivas e soluções para a inclusão do aluno no ambiente escolar, refletindo sobre a importância de uma formação docente mais robusta e abrangente para a Educação Especial.

Para se chegar ao objetivo final, foi traçado um percurso metodológico que orientou a construção da pesquisa. O estudo é de cunho qualitativo pois existe “[...] um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” (Kauark; Manhães e Medeiros, 2010, p. 26). Ao fazer uso dessa abordagem, o pesquisador descentraliza o foco em números tabelados e quantitativos, trazendo luz para elementos como: relações sociais, troca de experiências e subjetividades; ou seja, elementos que não podem ser mensurados.

Para a geração de dados, foi realizado uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica pois foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2008). Foram analisados artigos, dissertações e livros de autores diversos, como Lustosa e Ferreira (2020) e Cutrin, Fernandes e Silva (2023) com informações relevantes e sólidas, voltados tanto para a formação docente, quanto para a Educação Especial.

Caracteriza-se, também, como documental pois foi analisado as leis que regem a educação brasileira, tais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Política Nacional de Educação Especial (2008). Assim como, foi observado o Projeto Pedagógico do Curso Presencial em Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2012) e sua atualização ocorrida no ano de 2019. Os materiais foram encontrados em sites oficiais e no formato PDF.

Após a introdução, o trabalho acadêmico é dividido em tópicos que aprofundam a análise do tema: contextualização e importância da Educação Especial; análise da formação docente em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Impactos e recomendações para a formação docente. Cada tópico contribui para uma compreensão abrangente e detalhada do tema, com foco em aspectos teóricos, práticos e propostas de melhoria.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O século XVIII e início do XIX testemunharam um período de transformações significativas nas concepções sobre deficiência, impulsionado pela filosofia iluminista e o avanço das ciências e pedagogia. A partir de uma visão que inicialmente levou ao isolamento de pessoas com deficiência, surgiram novas abordagens que reconheciam a educabilidade de todos os indivíduos. Esse período foi crucial para o desenvolvimento da pedagogia especial, com a criação de alfabetos para deficientes auditivos e visuais e a institucionalização dos primeiros serviços educativos pela Igreja Católica. A Revolução Francesa e as mudanças subsequentes ajudaram a generalizar essa abordagem, destacando a importância de distinguir entre diferentes tipos de deficiência e implementar formas de educação especializada (Campos; Martins, 2008).

No início do século XX, novas descobertas em Psicologia e Pedagogia promoveram uma educação mais inclusiva, desafiando o modelo clínico segregacionista predominante. Contudo, as duas guerras mundiais e o regime Nazista tiveram um impacto devastador sobre o

tratamento e a integração de pessoas com deficiência, resultando na prevalência de grandes internatos isolados e uma visão mais restritiva. A partir dos anos 50 e 60, apesar do crescimento de grandes instituições, houve uma reação significativa com a criação de associações de pais e legislação especial, marcando o início de uma nova era com um foco crescente na inclusão e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência (Campos; Martins, 2008).

A educação inclusiva começou a se desenvolver através de movimentos internacionais, inicialmente nos Estados Unidos, Europa e Canadá. Embora tenha enfrentado resistência inicial em outras partes do mundo, sua aceitação aumentou gradualmente ao longo do tempo. No Brasil, a educação especial foi estabelecida e expandida principalmente por meio de instituições privadas com caráter filantrópico, impulsionadas por familiares de pessoas com deficiência. Essa modalidade teve início no período Colonial, em 1600, com a criação de uma instituição especializada em deficiência física na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (Mendes, 2006).

Por um longo recorte histórico a Educação Especial foi ofertada como substitutiva ao ensino comum, sendo ofertada em instituições especializadas e escolas especiais, tendo como característica um modelo segregacionista: separando os ditos normais dos anormais; reforçando os estigmas sociais atribuídos as Pessoas Com Deficiência, que reverbera até os dias atuais, como preconceitos e práticas excludentes. Entretanto, se no período passado a palavra de ordem era segregação, na atualidade tais práticas devem ser duramente combatidas, respeitando a dignidade e os direitos humanos, dando iguais oportunidades de acesso e permanência aos espaços sociais.

Em 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, fundamentou o acesso ao atendimento educacional dos estudantes “excepcionais”, dentro dos respectivos estabelecimentos de ensino. No ano de 1973 o Ministério da Educação (MEC) criou o Centro Nacional da Educação Especial com o foco nas Pessoas com Deficiência e Superdotação, com campanhas isoladas fornecidas pelo Estado (Brasil, 2008).

Seguindo na linha do tempo, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente contribuíram significativamente para o acesso escolar das crianças com Necessidades Educacionais Especiais, pois reforçam a obrigação do Estado e da Família em fornecer vagas nas escolas e matricular as crianças nas instituições.

Poucos anos depois, especificamente em 2001, foi lançado as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, tal documento trouxe importantes reflexões acerca da construção de uma sociedade inclusiva:

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, p.20).

As Diretrizes tinham o intuito de fortalecer as políticas públicas de inclusão social, com uma proposta de modelo educacional focado na humanização das Pessoas com Deficiência, a construção da Educação Especial nos diversos âmbitos: Político, pedagógico, técnico-científico e administrativo, bem como, o foco na individualidade, respeito as diferenças, não exclusão e garantia de direitos.

Em 2008, o Ministério da Educação (MEC) publicou o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que visa garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Este documento orienta os sistemas de ensino a assegurar o acesso ao ensino regular, promover a participação e a aprendizagem contínua, e integrar a educação especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior. Além disso, enfatiza a oferta de AEE, a formação de professores e profissionais para a inclusão, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade arquitetônica e a articulação intersetorial para a implementação das políticas públicas (Brasil, 2008).

Segundo Cutrim, Fernandes e Silva (2023), a Educação Especial tem sido reinterpretada para utilizar ferramentas didáticas específicas que atendem às necessidades físicas e cognitivas dos indivíduos. No entanto, essa abordagem ainda falha em integrar plenamente essas pessoas na sociedade e em reconhecer suas diferenças como parte do todo. Para promover uma verdadeira inclusão escolar, é crucial que os planos educacionais sejam ajustados para uma educação que valorize a cidadania global e respeite a diversidade, livre de preconceitos.

Nessa mesma perspectiva, Lustosa e Ferreira (2020) afirmam que o paradigma da Escola Inclusiva reflete marcos históricos significativos, os quais são essenciais para garantir que não haja retrocessos nas conquistas alcançadas. A história e os marcos legais muitas vezes se entrelaçam, compartilhando as mesmas forças motrizes nos avanços sociais e científicos. Essa

interconexão resultou na compreensão de que a educação para todos está fundamentalmente ligada aos Direitos Humanos, uma conquista que foi cuidadosamente construída através de discussões e lutas ao longo do tempo.

Mediante as garantias legais, a inclusão exige que os professores estejam devidamente preparados para lidar com a diversidade, reconhecendo e valorizando as diferenças e potencialidades de cada aluno, para que o ensino beneficie a aprendizagem de todos. A falta de formação adequada para os professores que trabalham com estudantes com deficiência pode resultar na chamada falsa inclusão, onde o estudante está fisicamente presente na escola comum, mas não participa efetivamente do processo de aprendizagem. No tópico a seguir, observaremos a matriz curricular do curso de Pedagogia da UERN, instituição responsável pela formação de grande parte dos professores, da rede privada e pública, do Estado do Rio Grande do Norte.

3. ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOCENTE EM PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)

Este tópico tem como objetivo analisar a estrutura curricular do curso de Pedagogia da UERN do Campus Central (Mossoró), destacando a integração dos conteúdos relacionados à Educação Especial. A análise inclui a distribuição de disciplinas e carga horária destinada à Educação Especial e a abordagem teórica e prática oferecida.

O curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Mossoró, registrado sob o código 100420-0, é oferecido nas modalidades Presencial e a distância, entretanto, nesse estudo daremos ênfase a modalidade presencial; possui uma carga horária total de 3100 horas, com uma duração que varia entre 4 e 6 anos. Os licenciados em Pedagogia terão um perfil profissional voltado para a resolução dos desafios da prática educativa em diferentes contextos e a gestão educacional:

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UERN tem como meta formar o Pedagogo de modo integral para atuar na docência da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, bem como na gestão dos processos educativos, escolares e não escolares, e na produção e difusão do conhecimento do campo educacional. Para atuar nos mais diferentes espaços e momentos da prática educativa, sejam esses formais ou não-formais, a experiência do Pedagogo deve se tornar sempre uma referência para a reflexão. Em outras palavras, e como já assinalado, esperamos que a prática desse profissional não esteja dissociada da teoria e, por isso, deverá ser práxis. (Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UERN, 2012, p. 25-26)

Entre as atribuições do pedagogo formado, destacam-se a atuação com ética e compromisso para a construção de uma sociedade justa e igualitária, o fortalecimento do

desenvolvimento e da aprendizagem de crianças e adultos que não tiveram a escolarização adequada e a promoção da aprendizagem em diversos ambientes educacionais. Ainda de acordo com o documento norteador, o pedagogo também deve reconhecer e respeitar as necessidades dos educandos em suas dimensões físicas, cognitivas, emocionais e afetivas, aplicando métodos de ensino interdisciplinar e adequado às diferentes fases do desenvolvimento humano.

Além disso, o profissional deve integrar as tecnologias da informação e comunicação aos processos didático-pedagógicos, promover relações de cooperação entre a escola, a família e a comunidade, e participar da gestão das instituições educacionais. Complementando o documento, no ano de 2019 o Projeto Pedagógico passou por um processo de atualização e aprimoramento, além das habilidades e competências descritas anteriormente, foram incorporadas novas demandas e locais de atuação atribuídas aos pedagogos, como clínicas, tribunais, indústrias e outros espaços que necessitem de intervenção pedagógica. Além disso, o curso preza pela articulação teoria\prática, pois entende que são princípios indissociáveis, sendo um dos pilares da formação e construção da identidade docente (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,2019).

No tópico a seguir, será observado a matriz curricular disponibilizada nos sites oficiais da Universidade e no Projeto Pedagógico dos anos de 2012 e 2019.

3.1 Estrutura curricular do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

O exame dos componentes curriculares do curso de Pedagogia pretende entender como ocorre a preparação dos futuros docentes para atuar na Educação Especial, observando aspectos como quantidade de disciplinas, carga horária e vinculação teoria\prática, pois de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso, a estrutura curricular é capaz de propiciar uma formação mais dinâmica para o aluno e ao mesmo tempo, mais próxima do estudo dos fenômenos que constituem a realidade educacional. Portanto, será apresentado toda a matriz curricular, em seguida, uma análise dos dados encontrados.

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

01º semestre

Código	Disciplina/Atividade	CH	Aplicação	Situação
---------------	-----------------------------	-----------	------------------	-----------------

0301050-1	Antropologia e Educação	60	Teórica	Obrigatória
0301900-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios I	15	Teórica	Obrigatória
0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	60	Teórica	Obrigatória
0301048-1	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	60	Teórica	Obrigatória
0301051-1	Introdução à Pedagogia	60	Teórica	Obrigatória
0301055-1	Organização do Trabalho Acadêmico	60	Teórica	Obrigatória

02º semestre

0301901-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios II	15	Teórica	Obrigatória
0301054-1	Filosofia da Educação	60	Teórica	Obrigatória
0301012-1	História da Educação Brasileira	60	Teórica	Obrigatória
0301034-1	Pesquisa Educacional	60	Teórica/Prática	Obrigatória
0301903-1	Práticas Pedagógicas Programadas I	45	Prática	Obrigatória
0301053-1	Psicologia da Educação I	60	Teórica	Obrigatória
0301008-1	Sociologia da Educação	60	Teórica	Obrigatória

03º semestre

0301071-1	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	60	Teórica	Obrigatória
-----------	--	----	---------	-------------

0301902-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios III	15	Teórica	Obrigatória
0301015-1	Política e Planejamento da Educação	60	Teórica	Obrigatória
0301904-1	Práticas Pedagógicas Programadas II	45	Prática	Obrigatória
0301057-1	Profissão Docente	60	Teórica	Obrigatória
0301056-1	Psicologia da Educação II	60	Teórica	Obrigatória
0301058-1	Teorias Linguísticas e Alfabetização	60	Teórica	Obrigatória

04º semestre

0301060-1	Alfabetização e Letramento	60	Teórica	Obrigatória
0301062-1	Concepções e Práticas de Educação Infantil	60	Teórica	Obrigatória
0301059-1	Currículo	60	Teórica	Obrigatória
0301009-1	Didática	60	Teórica	Obrigatória
0301061-1	Gestão dos Processos Educativos	60	Teórica	Obrigatória
0301905-1	Práticas Pedagógicas Programadas III	45	Prática	Obrigatória

05º semestre

0301064-1	Educação para Diversidade	60	Teórica	Obrigatória
0301063-1	Ensino de Ciências	60	Teórica	Obrigatória

0301103-1	Ensino de Geografia	60	Teórica	Obrigatória
0301102-1	Ensino de História	60	Teórica	Obrigatória
0301099-1	Estágio Supervisionado I	150	Teórica/Prática	Obrigatória
0301907-1	Seminário Temático I	60	Teórica/Prática	Obrigatória

06º semestre

0301066-1	Ensino de Língua Portuguesa	60	Teórica	Obrigatória
0301065-1	Ensino de Matemática	60	Teórica	Obrigatória
0301100-1	Estágio Supervisionado II	165	Teórica/Prática	Obrigatória
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	60	Teórica	Obrigatória
0301067-1	Literatura e Infância	60	Teórica	Obrigatória
0301908-1	Seminário Temático II	60	Teórica/Prática	Obrigatória

07º semestre

0301069-1	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	60	Teórica	Obrigatória
0301070-1	Corpo, Movimento e Ludicidade	60	Teórica	Obrigatória
0301068-1	Ensino de Arte	60	Teórica	Obrigatória
0301101-1	Estágio Supervisionado III	165	Teórica/Prática	Obrigatória
0301906-1	Laboratório de Monografia	45	Prática	Obrigatória

08º semestre

0301077-1	Monografia	120	Teórica/Prática	Obrigatória
0301072-1	Tecnologias e Mediação pedagógicas	60	Teórica	Obrigatória

0301073-1 0301075-1	Meio Ambiente e Educação Ambiental (aprofundamento em Educação Ambiental) Ou Educação Especial e Inclusão (aprofundamento em Educação Especial)	60	Teórica	Optativa
0301074-1 0301076-1	Educação Ambiental nas Práticas Pedagógicas (aprofundamento em Educação Ambiental) ou Procedimentos de Intervenção nas Práticas Educativas (aprofundamento em Educação Especial)	60	Teórica	Optativa

Fonte: Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2012).

4. IMPACTOS E DESAFIOS DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE:

A Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica instituída no ano de 2000 define competências essenciais para a prática docente no contexto contemporâneo, incluindo a mediação eficaz do ensino, a responsabilidade pelo sucesso dos alunos e a capacidade de lidar com a diversidade. Os professores devem incentivar atividades de enriquecimento curricular, elaborar e implementar projetos, adotar novas metodologias e estratégias, e promover a colaboração e o trabalho em equipe. A preparação adequada dos

educadores é crucial para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade dos alunos (Brasil, 2000).

David Rodrigues e Luzia Rodrigues (2011) destacam que, embora os professores já possuam valores e concepções antes de iniciar sua formação, esse período é essencial para uma escolha fundamentada sobre sua prática profissional. Ao observar a matriz curricular do curso de Pedagogia, inferimos que existe uma variedade de disciplinas que condizem com o perfil de profissional a qual a instituição deseja formar, principalmente, no que concerne a didática e metodologias para trabalhar com os campos de experiências da Educação Infantil e dos componentes curriculares Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Conquanto, em relação a Educação Especial e ao Atendimento Educacional Especializado, existe uma escassez no fornecimento dessas disciplinas. A carga horária total do curso é de 3.100 horas, contudo, são ofertados apenas 120 horas (obrigatórias) voltadas para tal modalidade educacional, sendo essas: Educação para diversidade (60 horas) e Língua Brasileira de Sinais (60 horas). A carência dessas disciplinas pode resultar em uma inadequada preparação docente, com pouco manejo para lidar com o público-alvo da Educação Especial. Decorrente disso, o processo de inclusão é enfraquecido, pois se não há formação sólida, a prática pedagógica fica comprometida, assim, como o desenvolvimento dos alunos.

Lima e Santos (2020) ressaltam que, ao abordar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, é fundamental garantir uma educação de qualidade. A inclusão exige que os professores estejam devidamente preparados para lidar com a diversidade, reconhecendo e valorizando as diferenças e potencialidades de cada aluno, para que o ensino beneficie a aprendizagem de todos.

Seguindo na análise, para concluir o curso de Pedagogia o estudante precisa escolher entre as duas disciplinas optativas: Educação ambiental ou Educação Especial. Ambas são divididas em dois componentes, que devem ser estudados em semestres distintos: Meio Ambiente e Educação Ambiental (60 horas) e Educação Ambiental nas Práticas Pedagógicas ou Educação Especial e Inclusão (60 horas) e Procedimentos de Intervenção nas Práticas Educativas (60 horas). Por se tratar de disciplina optativa, o aporte teórico e as atividades práticas sobre a inclusão não chegam para todos, pois cada um escolhe conforme suas aptidões, assim como consta no documento norteador do curso:

As Disciplinas Optativas propõem atender a interesses e necessidades individuais do formando. Elas têm a finalidade de complementar os estudos nas áreas de atuação do pedagogo: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de

Jovens e Adultos e Gestão dos processos educativos. (Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UERN, 2019. p, 50).

No entanto, os conhecimentos sobre práticas pedagógicas inclusivas devem chegar a todos os graduandos, pois a demanda de crianças com Necessidades Educacionais Especial cresceu exponencialmente nos últimos anos. Segundo dados do último Censo Escolar da Educação Básica realizado no ano de 2023 o número de matrículas da educação especial chegou a 1,8 milhão em 2023, um aumento de 41,6% em relação a 2019. Diante desse contexto, não há espaço para a falta de informação, principalmente, nos cursos de formação inicial, que representa o pilar de sustentação das práticas pedagógicas e da construção identitária dos futuros docentes (Brasil,2023).

Para trabalhar na Educação Especial, o professor precisa ter uma formação que inclua tanto conhecimentos gerais quanto especializados na área. Essa formação deve capacitar o docente para oferecer Atendimento Educacional Especializado e promover uma abordagem interativa e interdisciplinar, tanto nas salas de aula regulares quanto em salas de recursos, centros de atendimento especializado, núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior, classes hospitalares e ambientes domiciliares. Além disso, o professor deve entender a gestão de sistemas educacionais inclusivos e ser capaz de desenvolver projetos em parceria com outras áreas, abordando aspectos como acessibilidade arquitetônica, atendimentos de saúde, assistência social, e questões de trabalho e justiça (Brasil, 2008).

Ainda na perspectiva da matriz curricular, é notório que a vinculação entre teoria e prática ainda está em processo de desenvolvimento, especialmente, ao que concerne à Educação Especial. Das disciplinas ofertadas, todas são apenas de aporte teórico; ou seja, os alunos aplicam os seus conhecimentos apenas na universidade e entre si. Não há uma aplicabilidade nas escolas, com os alunos e suas reais necessidades, tudo fica no campo das teorias e hipóteses. Resultando em uma tendência de generalizar os alunos com deficiência, levando os profissionais a aplicar os mesmos recursos para todos, sem considerar as especificidades, particularidades e singularidades de cada criança, até mesmo, daquelas que têm diagnósticos médicos semelhantes.

Para mudar essa realidade, é necessário que o professor possua um conjunto de saberes que envolvem as epistemologias que fundamentam o ato de aprender, além de habilidades e competências sobre mediação pedagógica no processo de ensinar (Santos e Lima, 2020). Complementando essa visão, Maurice Tardif (2014) ressalta que o conhecimento profissional

é dinâmico e em constante evolução. Ele argumenta que, além dos estudos universitários iniciais, os professores devem continuar se autoformando e se atualizando ao longo de suas carreiras. Os conhecimentos profissionais, assim como os científicos e técnicos, são revisáveis e passíveis de aperfeiçoamento contínuo, sendo fundamental a busca constante pela autoformação e pelo desenvolvimento prático.

Assim sendo, para atender a atual demanda da Educação Especial, o curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, precisar trilhar um caminho de adequações curriculares e novas proposições pedagógicas, tais como: aumento de disciplinas voltadas a Educação Especial na grade obrigatória; maior vinculação entre teoria e prática e constantes processos formativos com os discentes. Para além, os futuros pedagogos também devem se comprometer com estudos e formações continuadas, buscando estreitar os laços com as necessidades dos alunos com deficiência; pois assim, será possível vislumbrar um futuro com menos preconceito e segregação, promovendo, de fato, a inclusão escolar e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução da Educação Especial e da formação docente evidencia um progresso significativo em direção à inclusão e à valorização da diversidade no ambiente escolar. O avanço das práticas educacionais, desde a segregação até a integração plena de alunos com deficiências, reflete uma mudança positiva nas políticas e nas abordagens pedagógicas, apoiada por marcos legislativos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Contudo, a transformação real na sala de aula depende fortemente da qualidade da formação docente e da implementação prática dessas diretrizes.

Tendo em vista a importância dessa discussão, buscamos nesse estudo responder a questão norteadora: Quais os desafios enfrentados pelo curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) para capacitar profissionais aptos a lidar com as peculiaridades da Educação Especial?

Em busca de respostas para o questionamento inicial, traçamos como objetivo geral: compreender de que maneira o curso presencial de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) está preparando os futuros docentes para lidar com o público-alvo da Educação Especial. Delimitando como objetivos específicos: Pesquisar sobre o

contexto e a importância da Educação Especial; analisar a matriz curricular do curso de Pedagogia da UERN e os componentes curriculares vinculados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE); analisar a distribuição da carga horária e a vinculação teoria e prática do curso. Para geração dos dados, foi realizado uma revisão bibliográfica e documental, partindo dos documentos norteadores da educação e da legislação brasileira, até o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UERN.

Nesse contexto, a pesquisa apontou para os seguintes resultados: curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) demonstra compromisso com a formação de professores capacitados para enfrentar os desafios da Educação Especial, apesar de existir pontos que precisam de melhoras e constantes atualizações. A revisão constante do currículo e a inclusão de disciplinas específicas voltadas para práticas pedagógicas inclusivas e legislação educacional são passos essenciais para preparar futuros docentes. No entanto, a eficácia dessa formação está condicionada à integração efetiva entre teoria e prática, por meio de estágios e experiências práticas, bem como à necessidade de formação contínua para manter os conhecimentos e habilidades atualizados.

De acordo com a matriz curricular disponibilizadas nos meios oficiais e com a análise realizada, a oferta de disciplinas voltadas ao Atendimento Educacional Especializado e a Educação Especial são fragmentadas e com pouca carga horária atribuída, sendo ofertado apenas quatro disciplinas, dessas apenas duas são obrigatórias para os discentes, sendo elas: Educação para a Diversidade (60 horas) e Língua Brasileira de Sinais (60 horas). No campo das optativas, temos: Educação Especial e Inclusão (60 horas) e Procedimentos de Intervenção nas Práticas Educativas (aprofundamento em Educação Especial (60 horas).

Dessa forma, para garantir uma inclusão escolar efetiva e superar os desafios persistentes, é crucial que os educadores e as instituições de ensino adotem uma abordagem abrangente e colaborativa. Isso não apenas requer a atualização constante das práticas pedagógicas e da formação docente, mas também a promoção de um ambiente educacional que valorize a diversidade e combata preconceitos. Investir em recursos adequados, aumentar a conscientização sobre a importância da inclusão e apoiar a formação contínua dos professores são medidas fundamentais para construir uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. Em conclusão, a implementação bem-sucedida dessas estratégias é essencial para garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade e oportunidades equitativas para seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Data de acesso: 24 jul.2024
- BRASIL. Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Data de acesso: 03 set.2024
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Data de acesso: 24 jul.2024
- BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva,2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 26 jul.2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Data de acesso: 09 set.2024
- CAMPOS, S. M. G. de, & Martins, R. M. L. (2016). **Educação especial: aspectos históricos e evolução conceptual**. Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health, (34),223–231. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8369/5958>. Data de acesso: 03 agos.2024.
- CUTRIM, C H G; FERNANDES, A C A; SILVA, F A L da. Educação especial e a influência do paradigma da inclusão nos sistemas educacionais brasileiros: um olhar para a formação docente. **Revista de Educação, Cultura e Cidadania (RECC)**, Canoas, v. 28, n. 1, p. 01-11, jul. 2023. ISSN 2236-6377. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/10609-1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/10609-1%20(1).pdf). Data de acesso: 03 set.2024
- DE EDUCAÇÃO - FE, P.-R. DE E. DE G.-P. F. **Governo do Estado do Rio Grande do Norte Secretaria de Estado da Educação e da Cultura**. Disponível em: <https://www.uern.br/controladepaginas/proeg-projetos-pedagogicos-central/arquivos/4226ppc_pedagogia_reformulado_abril_2013.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.
- DE EDUCAÇÃO - FE, P.-R. DE E. DE G.-P. F. **Governo do Estado do Rio Grande do Norte Secretaria de Estado da Educação e da Cultura**. Disponível em: https://www.uern.br/controladepaginas/proeg-projetos-pedagogicos-central/arquivos/4226ppc_pedagogia_2019_com_termo_de_homogaa%C2%A7a%C2%A3o.pdf. Data de acesso: 20 set.2024

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / 6.ed. – São Paulo: Atlas. 2008. 45. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Data de acesso: 18 set.2024

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa: guia prático** / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Metodologia da Pesquisa20191216-120159-1dgndiv.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Metodologia%20da%20Pesquisa20191216-120159-1dgndiv.pdf). Data de acesso: 19 set.2024

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Docent Discunt**, v. 1, n. 1, p. 63-70, 2020. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1315/1192>. Data de acesso: 18 set.2024

LUSTOSA, Francisca Geny; FERREIRA, Rebeca Gadelha. Educação inclusiva: reflexões sobre os aparatos legais que garantem os direitos educacionais de estudantes público-alvo da educação especial. *Teoria Jurídica Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 87-109, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/27989/19925>. Data de acesso: 09 set.2024

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista brasileira de educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>. Data de acesso: 16 ago. 2024

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L.. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores?. *Educar em Revista*, n. 41, p. 41–60, jul. 2011.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/7Fm5pTfbN5j3QG6VRwSgZJM/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724102/mod_resource/content/1/Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf. Data de acesso: 20 set.2024